



A INFLUÊNCIA DO PRONAF NA CULTURA SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NO MATO GRANDE (RN)

Gerda Lúcia Pinheiro Camelo¹, Nathália Regina Sobral Paiva², Almira Helena Fernandes Alves Rodrigues³, Aline dos Santos Almeida³

Mestre em Gestão e Políticas e Públicas e Professora de Gestão Pública - IFRN. e-mail: gerda.camelo@ifto.edu.br

Aluna do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental - IFRN. Bolsistas de Iniciação Científica - IFRN. e-mail: naty-paiva@hotmail.com

Alunas do curso de Tecnologia em Gestão Pública – IFRN. Bolsistas de Iniciação Científica – IFRN. e-mail: almirahelena@hotmail.com

Resumo: Contrapondo-se a valorização das relações cibernéticas da contemporaneidade, o estudo, objetiva analisar o comportamento sociocultural dos trabalhadores familiares no território do Mato Grande (RN). Propõe, ainda, verificar impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nesse espaço político, econômico, sociocultural e ambiental, sobre o desenvolvimento do território em questão. De caráter sociológico e não psicológico, adota uma política de retomada das antigas relações tradicionais do homem com a terra. Constatou-se, portanto, relações tradicionais típicas do ambiente familiar rural. Constatando-se, portanto, relações tradicionais típicas do ambiente rural familiar, foram identificadas alterações na região a partir das ações do programa em estudo, mas que não são suficientes para um desenvolvimento territorial efetivo. Abstraindo-se de informações de estudos de apoio como o PTDRS (2010), dos atores sociais e de teóricos como: Schneider (1999, 2003), Maturana (1998), construiu-se este artigo.

Palavras-chave: abacaxi, agricultura familiar, dimensão sociocultural, mato grande, pronaf

1. INTRODUÇÃO

A globalização norteadora do século XXI, não só controla as relações econômicas, mas também, determina as relações sociais, culturais e espaço-temporais do globo. Ela, que no âmbito da comunicação se expressa nas redes de telefones celulares, canais de televisão e, sobretudo, na internet, encurta as distâncias, permite um maior intercâmbio cultural e de transação comercial e estabelece novos hábitos e ferramentas de comunicação.

Essa ascendente forma de relação social da contemporaneidade é bastante polêmica, pois ao mesmo tempo em que se torna mais rápida e abrangente, possibilita relações mais frágeis e indiretas. Entretanto, essa discussão não caberá no presente ensaio, já que esse cenário permitiu ser identificada a urgência de se fazerem pesquisas que proponham a retomada do comportamento social humano em lugares onde essa tecnologia não é sujeito, preponderante, do tecido social organizativo.

Tomando-se como estímulo as relações camponesas em contraposição as relações urbanas do século XXI, as interações rurais sofrem muito mais influência das atividades econômicas e de subsistência, do ambiente familiar, da cultura e do ambiente local, além das políticas públicas e atuações institucionais, assim como a governança local, que determinam os comportamentos sociais do homem camponês.

É nesse contexto que se insere o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na sociedade rural. Por estar subdividido em linhas de crédito e grupos, o programa induz a uma divisão da sociedade rural o que provoca alterações na teia social da região em que atua.

Em se tratando de municípios rurais e, portanto, periféricos em relação à capital, o PRONAF necessita atuar de forma a promover o desenvolvimento da região e a melhoria da qualidade de vida da população, transformando as atuações individuais em organizações coletivas para o desenvolvimento territorial.



Visto isso, a pesquisa objetiva analisar as implicações no comportamento sociocultural dos trabalhadores familiares da região do Mato Grande (RN) participantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A pesquisa trata-se de um estudo de caso exploratório-descritivo-qualitativo. Ela pode ser assim considerada, pois foi realizado contato com os atores sociais locais do Mato Grande (RN) para que as informações fossem dialogadas com o PTDRS (2010) e com teóricos como Schneider (1999, 2003), Maturana (1998), entre outros, objetivando demonstrar aspectos sociológicos de um território econômico.

Na pesquisa qualitativa, de acordo com GODOY (1995), a diversidade existente apresenta características essenciais, entre elas pode-se destacar: o ambiente natural como fonte direta de dados, no caso em estudo tornou-se viabilizado pela participação dos atores sociais; os pesquisadores como instrumento fundamental na condução das atividades de forma atuante e o caráter descritivo oportunizam a visão dos participantes, por meio do enfoque indutivo.

A estrutura do artigo apresenta a introdução, os tópicos de aporte teóricos – Caracterização Social da Agricultura Familiar, Dimensão Social do PRONAF, a Caracterização Social do Mato Grande (RN) que discutem as relações sociais na agricultura familiar, a influência do PRONAF nessa dimensão e a relação existente entre esses dois fatores. Por fim, apreciações e considerações finais, assim como as referências base do estudo constituem o desfecho do artigo.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

O termo “Agricultura Familiar” pressupõe o emprego de parentes na lida com a terra, pouca produção, manejos mais sustentáveis do ambiente e relações mais diretas e estreitas entre os trabalhadores rurais, assim como exige trabalhadores menos qualificados para o cultivo.

Além disso, pode-se dizer que essa atividade inicia com a relação do homem e o meio e se transforma a partir das exigências externas, das dinâmicas socioeconômicas e políticas, aspectos também responsáveis pela caracterização da agricultura de cunho familiar, a qual pode ser classificada como:

[...] uma identidade social construída por relações de coexistência com o ecossistema e por relações de co-determinações com a sociedade brasileira como formação social capitalista específica (MOREIRA, 2003, 2007 *in* MOREIRA, 2009).

Esse tipo de atividade consiste, ainda, na simultaneidade das relações produtivas e comerciais com a socialização, entre os familiares, dos manejos e dos valores tradicionais da agricultura (MOREIRA, 2009). É essa transmissão de conhecimentos de maneira hereditária que solidifica o tecido organizativo do sistema em estudo.

Na visão de Wanderley (2001), “essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”. Segundo SCHNEIDER (1999), os agricultores familiares frequentemente conciliam a mão-de-obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão-de-obra familiar.

A lógica, descrita por Schneider, permite compreender que a introdução de mão-de-obra não familiar nesse sistema produtivo se dá, apenas, quando a produtividade é alta e se necessita de ajuda na colheita, por exemplo, ou quando um dos familiares não possui mais condições de saúde, costumeiramente devido à idade avançada, para a realização da labuta.

Ainda em concordância com Schneider (2003), “a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF”.

Visto isso, entende-se a dinâmica rural agrícola familiar. Entretanto, pode ser assimilado por um âmbito da política pública que visa o crescimento e manutenção sólida da atividade em análise, o PRONAF.



2.1. Tecido Social Organizativo

As relações entre os atores sociais surgem a partir de uma base emocional que define o âmbito da convivência. As pessoas que pertencem a domínios sociais e não sociais distintos requerem o estabelecimento de uma regulamentação definindo o espaço de convivência como um domínio emocional declarativo especificando os desejos de convivência, bem como os espaços que o realizam. (MATURANA, 1998). Ainda de acordo com Maturana (1998):

A constituição de um país ou nação faz isto, nos unifica num projeto nacional e, se a geramos em conjunto, nos unifica no espaço dos desejos e constitui um espaço de aceitação mútua no qual pode dar-se a convivência.

Depreende-se do referido autor, a importância do diálogo entre a constituição política e a convivência como fatores determinantes para a consolidação da participação dos atores sociais. Outro aspecto a ser considerado e oriundo da Constituição de 1988 é a elevação dos municípios à condição de entes federados, desencadeou um processo de descentralização política, fiscal e administrativa favorecendo a esfera local e a abertura de canais institucionais de participação da sociedade na gestão de políticas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Após duas décadas da vigência da Constituição, o Brasil passa a ser um dos países mais descentralizados do mundo em desenvolvimento (Souza, 2004), repercutindo na formulação das políticas, por meio da ampliação dos programas, da ampliação do acesso, as três esferas federativas passam a formular, executar e financiar.

O PRONAF também é fruto dessa descentralização. Emergido de um contexto de efervescência rural de movimentos sociais do campo e iniciativas da sociedade civil, em que estavam envolvidos outros atores sociais – quilombolas, indígenas e os atingidos por barragens, somando-se com os debates relativos ao enfrentamento da pobreza rural e pretensões de desenvolvimento (Entrevista com Humberto Oliveira, secretário do SDT/MDA).

Entre os aspectos que podem auxiliar no estabelecimento de indicadores de sustentabilidade referentes à dimensão social, mencionamos: a) presença de formas associativas e de ação coletiva; b) ambiente de relações sociais adequadas à participação; c) existência de espaços próprios à construção coletiva de alternativas de desenvolvimento; d) marco institucional favorável à intervenção e participação dos atores sociais locais; e) existência de representação local em defesa de seus interesses no âmbito da sociedade maior.

Para Abramovay *et al* (1998), o patrimônio agrícola familiar apresenta-se na sociedade com dupla funcionalidade: (1) base material de um negócio mercantil e (2) constitui a própria organização da vida familiar.

Assumindo, portanto, o terreno agrícola de caráter familiar como premissa para a caracterização do Tecido social organizativo do ambiente rural em estudo, outros fatores podem ser compreendidos como: o papel de cada membro da família no contexto interno, referente à propriedade, bem como a participação desses membros do ambiente, municipal ou territorial da região estudada.

A princípio a gestão dessa atividade é descentralizada, podendo se concentrar tanto na figura masculina como na feminina, desde que elas sejam os chefes da família em condição de trabalho. Apesar da lei natural na gestão agrícola, a atividade familiar na terra não segue estruturas rígidas de gestão.

Outra tendência verificada, nesse ambiente, é a migração dos jovens da área rural para a urbana, em buscas de melhorias nas condições de vida. Entretanto, novas formas de organização interfamiliar entre os trabalhadores rurais, têm garantido a fixação do homem ao berço rural, no século XXI.

Manifestadas por meio de cooperativas e demais associações, por exemplo, a pequena produção agrícola, tem ganhado espaço no mercado, contribuindo para uma melhor visibilidade dos órgãos públicos, para com essa parcela produtiva.



Não obstante, as novas organizações sociais no campo têm sofrido investimentos de programas governamentais e institucionais, como faz o Programa para o fortalecimento do segmento agrícola em estudo, o PRONAF.

3. A DIMENSÃO SOCIAL DO PRONAF

De acordo com Flores *in* (ABRAMOVAY, 1998), o PRONAF atuando juntamente com os trabalhadores familiares “criou novas perspectivas de revisão do modelo agrícola nacional, no sentido de inserir econômica, social e politicamente esses agricultores no processo de desenvolvimento social”.

Como premissa para o estudo do aspecto social do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pode-se citar a própria delimitação, no que concerne Agricultura Familiar, pelo referido programa.

De acordo com a Cartilha de Acesso ao PRONAF (2010/2011), só se tem acesso ao crédito agrícola liberado pelo programa caso o produtor rural se enquadre nos requisitos abaixo:

Com relação à forma de exploração da terra, o beneficiador do referido programa não precisa ser, necessariamente, proprietário do terreno. O arrendatário, o posseiro, o parceiro e o assentado da reforma agrária também são alvo da política em questão. Presume-se, portanto, que esses fatores excluem o trabalhador sazonal do direito ao subsídio.

Referindo-se a gestão da propriedade, é importante haver simultaneidade na administração e no emprego de familiares na lida com o cultivo, para que pouca mão-de-obra contratada seja utilizada, com exceção para as épocas sazonais de plantio e colheita, quando mais se exige dos trabalhadores. A família residir na propriedade em que se está realizando o cultivo ou em sua circunvizinhança também são pré-requisitos para ser beneficiário do programa.

No que tange a esfera econômica, o terreno deve ser limitado, não podendo ultrapassar quatro módulos fiscais, assim como a renda que não pode ser superior a 110 mil reais. Ela deve ser de grande parte proveniente das atividades agropecuárias ou não, mas precisa se relacionar com o território.

Entende-se por atividades não agropecuárias a produção de artesanato, o turismo rural, obtendo-se como premissa, sempre, a soberania familiar na mão-de-obra empregada.

Não isolados, mas interdependentes, os fatores anteriormente descritos, quando associados, formam um gênero, associado ao campo, que permite a sobrevivência, de acordo com o programa que objetiva o fortalecimento desse mesmo gênero.

O objetivo da referida política pública também está associada a essa lógica. Segundo Aquino e Schneider (2010), “sua missão fundamental seria combater as desigualdades sociais e regionais que marcaram as políticas estatais tradicionais voltadas para estimular a modernização tecnológica da agricultura brasileira”.

Como tais fatores, a subdivisão em grupos e linhas de acesso ao crédito, também são determinantes sociais, isso pode ser visto no a seguir (Quadro 1):

GRUPO	CARACTERÍSTICAS
A	Assentados da reforma agrária.
B	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária.
A/C	Egressos do Grupo A.
C	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.
D	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.
E	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.

Quadro 1 – Classificação dos agricultores “pronafianos” por Grupo na safra 2007/2008
Fonte: MDA/SAF/PRONAF (2007).



Além desses grupos, o programa é subdividido em linhas de crédito: o PRONAF alimentos, jovem, mulher, semiárido, florestal e agroindústria, o que demonstra uma maior personalização e abrangência do referido programa (PTDRS, 2010).

Para verificar a atuação do PRONAF, na região, é necessária uma análise das características sociais do território.

4. A CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO MATO GRANDE (RN)

O Mato Grande está inserido nos territórios da cidadania, por meio da ação do governo federal, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2008. Com o objetivo de mitigar as desigualdades sociais no meio rural, principalmente em seus aspectos de gênero, raça e etnia, o programa trás três princípios básicos para o processo, tais como: “integração de políticas públicas a partir do planejamento territorial; ampliação dos mecanismos de participação social na gestão de políticas públicas e ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania”. (Proposta do ministério de desenvolvimento agrário para a redução da desigualdade social no meio rural brasileiro, 2007).

4.1. Aspectos Qualitativos

Em se tratando de municípios que crescem abaixo da média norte-rio-grandense, como são os constituintes do território do Mato Grande (RN), de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010), faz-se necessário direcionar a atenção para o quadro social da região.

Por meio do processo participativo e via coleta de dados o instrumento de pesquisa utilizado para o estudo de caso apresenta os seguintes indicadores para essa dimensão, composta pelos seguintes itens: Condições de habitação e conforto (nº. de casas de alvenaria, nº. de cômodos); Saneamento (nº. de casas atendidas); Mão-de-obra familiar (nº.); Nível de escolaridade (pessoas/grau de escolaridade); Saúde (nº. de doenças relacionadas aos alimentos); Renda familiar; Acesso a espaços culturais e de lazer; Acesso a educação; Nível de escolaridade dos proprietários; Acesso a serviços médicos; Preocupação com segurança; Infraestrutura pública para saneamento básico; Encaminhamento do esgoto; Acesso à energia elétrica; Geração de energia elétrica; Acesso ao transporte público; Acessibilidade da estrada para a propriedade; Telefone, computador e internet; Televisão, jornais e revistas; Tempo de ocupação da terra; Perspectiva de jovens continuarem no campo; Origem dos agricultores; Fluxo migratório nos últimos cinco anos.

Os aspectos valorizados pelos atores sociais de uma cooperativa de Canabrava – localizada no município de Pureza (RN), foram: saúde, renda, acessibilidade à propriedade, tempo de ocupação da terra, segurança. Em contrapartida, poucos foram valorizados o aspecto cultural e de lazer e do tecido social organizativo. Os demais aspectos ficaram não desvalorizados, mas não foram considerados de primordial necessidade ou apenas não convergiram.

Diante desse contexto, podem-se obter algumas das considerações a seguir descritas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização teórica, em relação à dimensão social e a apresentação do perfil da região do Mato Grande viabiliza uma maior compreensão da realidade local oportunizando apresentar comentários em torno dos indicadores da referida dimensão. É nítida a necessidade de programas de assistência para a comunidade que ainda é muito precária em níveis sociais.

Foi observado que os aspectos envolvidos com a economia se sobressaíram sobre a dimensão social e cultural, que as questões da participação em conjunto, de forma a agregar os agricultores pouco foram consideradas importantes, inclusive, a própria questão da mão de obra familiar recebeu importância intermediária. Vale ressaltar que em alguns casos é possível identificar uma melhora significativa nos níveis da dimensão social e econômica das famílias atendidas pelo programa.

Segundo (SEPÚLVEDA, 2005) a população, sua forma de organização e de participação nos processos de desenvolvimento, os grupos de interesse (que se reúnem em torno às necessidades



comuns) e a relação que se estabelece entre a sociedade civil e as instâncias políticas, de qualquer natureza que sejam, constituem uma abordagem requisito essencial desta dimensão.

Enquanto a população local, da agricultura familiar, não reconhecer a importância da mão de obra constituinte e da organização social, poucas transformações poderão ocorrer. Dessa forma, são essenciais para o desenvolvimento territorial incentivos às práticas em conjunto, à organização do tecido social, à manutenção cultural e à incorporação racional de tecnologia. Aspectos esses, que nem sempre foram priorizados. Portanto, há de se considerar que as relações sociais como promissoras de desenvolvimento territorial no Mato Grande não estão solidificadas.

Destaca-se que a população da região do Mato Grande, mesmo que incipiente, reconhece a necessidade e a importância da integração dos diversos atores sociais para a produção do abacaxi na região, no entanto foram detectadas algumas falhas no que diz respeito a cooperativa entre os pequenos produtores da região que perdeu força com relação a venda do abacaxi e a organização de novas modalidades de beneficiamento das frutas da segunda safra que tem preços inferiores a primeira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** In: ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.83-100.

BRASIL. **Ministério do desenvolvimento agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do mato grande.** Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio055.pdf>. Acessado em: 12 maio 2011.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.2, mar./abr.p. 57-63, 1995.

MATURANA R. Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG,1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2004) (org.), **Produzir para Viver. Os Caminhos da Produção Não Capitalista.** Coleção Reinventar a Emancipação Social. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SEPÚLVEDA, S. et al. **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible em espacios territoriales.** Coronado: IICA, 2005.

WANDERLEY, M.N.B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária,** Campinas, v.25, n. 2/3, p.37-47, 1995.

WANDERLEY, M.N.B. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.